Escola Profissional de Paiã, denominada Casal dos Campos, que fica ao sul da estrada pública de Odivelas, com a área de 10:940 metros quadrados, confrontando pelo norte com a mesma estrada, pelo sul com o Ribeiro da Paiã, pelo nascente com uma propriedade de Silvestre Maria Ramos e com o terreno da mesma Escola, denominado Barriguda Grande, e pelo poente com o caminho público; e bem assim uma faixa do já referido terreno da Barriguda Grande, com a área de 80 metros quadrados, ligada pelo poente com a parte já descrita do Casal dos Campos, por uma parcela de terreno encravada na área do aludido estabelecimento de ensino, pertencente a Olímpio de Oliveira Soares, do lugar da Paiã, denominada Horta do Pereiro, com a área de 11:020 metros quadrados, confrontando pelo norte com o Ribeiro da Paiã, pelo sul com a Quinta do Moita, pelo nascente com a Horta do Mendes e pelo poente com a Várzea Grande do Casal Novo.

Art. 2.º São autorizadas a Junta Geral do distrito de Lisboa e a Câmara Municipal do concelho de Loures a procederem à troca de um trço de caminho macadamizado, pertencente à primeira e privativo da Escola Profissional de Paiã, que passa ao sopé da encosta do Olival de Pancas e, tornejando o mesmo olival na direcção este-oeste, comunica com as estradas municipais Pontinha-Pôrto e Pontinha-Caneças, por dois caminhos públicos sujeitos à jurisdição da segunda e que, actualmente, estabelecem a ligação entre as duas referidas estradas.

§ único. Depois de efectuada a troca dos caminhos mencionados neste artigo, fica vedado o trânsito público por aqueles que, por força deste decreto-lei, passam para a posse da Junta Geral.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

4.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:728

Com fundamento no artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Justiça, um crédito especial da quantia de 14.039\$50, destinado a reforçar a verba consignada no n.º 1) do artigo 135.º, capítulo 5.º, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios a «Despesas com o material—Despesas de conservação e aproveitamento do material—De imóveis—Conservação e reparação do edificio da Cadeia Penitenciária de Coimbra».

Art. 2.º É anulada a importância de 14.039\$50 no n.º 1) do artigo 139.º, capítulo 5.º, do orçamento do Ministério da Justiça em vigor no corrente ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 26:729

Com fundamento nas disposições do artigo 3.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Fica a 2.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública autorizada a mandar satisfazer, em conta da verba inscrita no n.º 1) do artigo 417.º, capítulo 22.º, do orçamento do Ministério das Finanças decretado para o ano económico de 1936, ao Banco de Portugal, a quantia de 11.128\$34, importância de parte de juros e amortização da dívida do Estado ao mesmo Banco, em relação aos meses de Outubro a Dezembro de 1935.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Junho de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Armindo Rodrigues Monteiro — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Decreto-lei n.º 26:730

Resolveu o Governo aceitar o convite que lhe foi feito pelo Governo da República Francesa para tomar parte na Exposição Internacional que deve realizar-se em Paris em 1937.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A representação de Portugal na Exposição Internacional que deve realizar-se em Paris no ano de 1937 será organizada sob a orientação superior e a fiscalização do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Art. 2.º A representação referida no artigo anterior destinar-se-á de modo especial a mostrar a contribuição portuguesa para a civilização do mundo, a obra e o pensamento políticos do Estado Novo, as realizações, os